

**CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA – ASCES/UNITA
BACHARELADO EM DIREITO**

**O VOTO DA BANCADA EVANGÉLICA NA ALEPE NO PLEITO DE
2014: ANÁLISE DO PASTOR CLEITON COLLINS, PRESBÍTERO
ADALTO E OSSÉSSIO SILVA**

LEILIANNE FRANCIELLE SILVA

CARUARU

2018

LEILIANNE FRANCIELLE SILVA

**O VOTO DA BANCADA EVANGÉLICA NA ALEPE NO PLEITO DE
2014: ANÁLISE DO PASTOR CLEITON COLLINS, PRESBÍTERO
ADALTO E OSSÉSSIO SILVA**

**Artigo apresentado como Trabalho de
Conclusão de Curso (TCC) como
requisito para aquisição de grau do
Curso Bacharelado em Direito no
Centro Universitário Tabosa de
Almeida ASCES/UNITA, orientado pela
Professora Mestre em Gestão Pública
Maria Ivânia Almeida G. Porto.**

**CARUARU
2018**

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em: ____/____/____.

Presidente: Prof.

Primeiro Avaliador: Prof.

Segundo Avaliador: Prof.

Primeiro agradeço a meu bom Deus por conceder a oportunidade de estar aqui vivenciando a paixão pela vitória de 5 anos que findaram uma etapa e iniciará um novo ciclo. Aos meus pais Izaias e Auciete, ao meu irmão Eliaquim que sempre me acompanhou nas madrugadas de estudo, a segunda família que fiz no meu estágio na Vara do Trabalho de Catende-PE, meus sinceros agradecimentos com carinho a Josemília em nome de todos. A minha orientadora Ivânia pela paciência e dedicação em compreender o assunto e sempre está disposta para acompanhar, aos colegas de classe, aos amigos, em especial: Adriana Monteiro e M^a Carlyne que sempre me acolheram nos momentos tristes e alegres, ao meu parceiro de caminhada João que sempre com sua sinceridade me deu muitas forças para chegar aqui, estes que sempre estão presentes em minha vida. Esta etapa dedico a vocês.

RESUMO

O federalismo e a descentralização presentes na Constituição Federal de 1988 desenham a estrutura política do país. Na organização social e eleitoral se observa a grande influência das instituições, em especial a igreja e a religião, atuam no sistema político determinando a forma, o tipo e como a corrida eleitoral vai se determinar. Traçando as características dos atores políticos selecionados: Pastor Cleiton Collins (PP-PE), Osséssio Silva (PRB-PE) e Adalto Santos (PSB-PE), escolha esta pautada sobre três óticas: representação de variadas igrejas evangélicas, desempenho de suas funções religiosas dentro e fora do cenário legislativo e se autodeclararem evangélicos nas eleições. A pesquisa será feita traçando a abordagem qualitativa pelos dados oficiais da ALEPE e TSE com a revisão bibliográfica sobre estudos sociais e constitucionais através do método sistêmico. Demonstra-se que a bancada evangélica se organiza num conjunto de ideias e doutrinas inspiradas no cristianismo tanto no âmbito político quanto no religioso. O discurso apresenta como cada ator desempenha as suas funções. Estas ideias sempre pautadas pela moral e os bons costumes trazidos na Bíblia. É importante ressaltar que as características de cada parlamentar: profissão; participação em mesas, também corrobora para a sua votação. Em vista disso, o processo de identificação dos atores evangélicos e sua ascensão nos últimos pleitos eleitorais em Pernambuco para o cargo de Deputado Estadual mostram como a sociedade se apresenta.

Palavras – Chaves: Sistema Político; Federalismo; Instituições; Atores evangélicos;

ABSTRACT

Federalism and decentralization present in the 1988 Federal Constitution draw the political structure of the country. On social and elemental social is not a high age of institutions, in particular the church and the religion, and social entities in the ALEPE social communication system, as well as the characteristics that justify this vote. Trailer the current figures of the selected ones: Pastor Cleiton Collins (PP-PE), Osséssio Silva (PRB-PE) and Adalto Santos (PSB-PE), choice of the agenda for the three optics: representation of evangelical variables, performance of their functions the religious inside and outside the legislative scene and self-declared evangelicals in the elections. The research was carried out in a qualitative way by the official data of the ALEPE and TSE with a bibliographical revision on the social and constitutional studies through the systemic method. It is demonstrated that the evangelical group is organized in a set of ideas and actions inspired by the Christianity in the scope as in the religious one. The speech is presented as each actor as his functions. These pages always ruled by morals and the good costumes brought in the Bible. It is important to emphasize that the characteristics of each parliamentarian: profession; participation in tables, also corroborates for its voting. In view of this, the process of identification of the subordinates and their rise in the last electoral suits in Pernambuco to the position of State Representative shows how society presents itself.

Key Words: Political System; Federalism; Institutions; Evangelical actors;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. O DESENHO POLÍTICO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	09
3. SISTEMA POLÍTICO, PARTIDÁRIO E ELEITORAL.....	13
4. A RELIGIÃO COMO INSTITUIÇÃO POLÍTICA.....	17
5. ATORES POLÍTICOS E ANÁLISE DO VOTO DA BANCADA EVANGÉLICA.....	19
5.1.1 PASTOR CLEITON COLLINS.....	22
5.1.2 PRESBITÉRO ADALTO SANTOS.....	24
5.1.3 BISPO OSSÉSIO SILVA.....	25
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
7. REFERÊNCIAS.....	31

1. INTRODUÇÃO

A sociedade vive hoje uma grave crise política onde percebemos no estudo o distanciamento na representação e as atitudes políticas ou de governo para com a sociedade. Esse distanciamento reflete inclusive na crise econômica. Onde todos os investimentos políticos ficam travados aguardando decisões.

Aprofundando o tema percebemos que a política é praticada por grupos de interesses (empresárias, família, evangélicas), daí surgiu o interesse em estudar esses grupos, concentrando as variantes sobre o olhar evangélico. Tendo em vista a ascensão dos evangélicos nas últimas eleições no poder legislativo no estado de Pernambuco e não se deparar com grandes discussões sobre o tema.

A influência indireta das relações sociais, instituições e agrupamentos humanos, submetidos à pressão de interesses materiais e ligados com as características do sistema político do Estado Brasileiro desenvolvem o poder.

O poder, nada mais é que a capacidade de agir, para (WEBER,1992) se apresentam como a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato fundando em diversos motivos de submissão. Com o crescimento das instituições evangélicas se demonstram através da criação das bancadas onde se desenvolvem através da defesa de seus interesses.

Assim, a influência indireta das relações sociais, instituições e agrupamentos humanos, submetidos à pressão de interesses materiais e ligados com as características do sistema político do Estado Brasileiro desenvolvem o poder, que nada mais é, que a capacidade de agir.

O respeito e a autonomia dos poderes locais como forma de dominação desempenharam um papel crucial, pois o Brasil se funde pelo pacto privado sem reconhecimento da divisão do público e privado. Ocorre que o federalismo desenhado pelo Brasil na constituição federal de 1988 nasce com as fragmentações de ideias e das classes existentes na sociedade deveriam contribuir para o debate acerca de extensão, proteção de direitos coletivos.

O poder que as igrejas desenvolvem dá-se pela defesa da moral e bons costumes da família “tradicional”, modelo este pregado nos discursos dos líderes e bancada evangélica ao debater projetos de leis ou mesmo oferecer proposições.

O crescimento das bancadas religiosas revela como esta relação política é estruturada a partir da identificação já que, quem é religioso é uma pessoa de confiança. E, também, que o sistema político como um todo precisa de pensamentos

que restaurem a justiça. A justiça veiculada pelos meios de comunicação como punitiva e vingativa.

Já a bancada evangélica se organiza num discurso acalorado tanto no âmbito político quanto no religioso sendo este discurso uma consequência para o tipo de voto que detêm para desempenhar as suas funções. A implicação desse efeito é entender como esses mecanismos se refletem no voto de deputados que estão eleitos no pleito de 2014 ao analisar as características de cada ator político.

O grande empenho da pesquisa se realizou na discussão dos atributos do cargo de deputado estadual e a sua atuação no âmbito político. Além que durante a graduação a vivência no grupo de pesquisa e a falta de trabalhos sobre a discussão do tema levou a pesquisa que irá se desenvolver a partir de agora.

2. O DESENHO POLÍTICO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição Federal de 1988 criou um desenho político marcado pela descentralização da política e da administração. Esse novo desenho foi respaldado pela resposta no processo legislativo do constituinte originário de 1985 foi à descentralização por meio do federalismo.

O sistema de descentralização, nada mais é, que estabelecer a vários órgãos a tutela na autonomia administrativa e política. Onde o poder central estabelece as regras gerais e os demais entes políticos criam seu vínculo através do respeito as linhas gerais constituídas e não por subordinação adstrita ao poder central.

Em decorrência da valorização e a autonomia dos poderes locais. A criação dos municípios teve um papel crucial, tanto social quanto político. Pois o Brasil possui uma carga histórica que se funde pela confusão entre o público e o privado, conhecido como patrimonialismo, além de que o sistema político começa a ser delineado por práticas clientelistas, que em linhas gerais é um sistema de trocas, marcado na criação de engenhos no Brasil, desenvolvido pelos entes políticos (União, Estados e Municípios) para angariar votos para a eleição dos melhores líderes.

Este desenho constitucional facilitou as estratégias eleitorais seja pelo poder familiar da oligarquia evangélica, seja por outras instituições que se originaram nos engenhos onde as famílias mais ricas eram as que tomavam as decisões e garantiam a ordem ou pela a historicidade política que muitos líderes já detinham por serem apoiado pelos governos da época, segundo (AMES 2003): “Qualquer grupo

de pessoas politicamente organizado e de tamanho suficiente tem condições para eleger um deputado para representar o grupo”.

A legislação se molda para garantir que os institutos dominantes consolidem seu papel de administração da “*Res publica*”, porém com finalidades privadas, assegurando autonomia perante o sistema de “*checks and Balances*”, ou seja, freios e contrapesos onde os aparelhos do poder uno do Estado se autocontrolaria não se gerando absurdos *pro societate*.

A grande dificuldade para o constituinte originário foi desenvolver a democracia e garantir através do novo arranjo desenvolvido, mas garantindo a representação dos antigos líderes, portando a reabertura para a criação de novos partidos foi crucial para garantir esta coesão. Então o sistema político que são as formas de instituições políticas que o Estado se divide para garantir o Estado Democrático de Direito, assim foi dividido em sistema partidário e sistema eleitoral.

O sistema eleitoral se orienta pela preocupação na representação, ou seja, o estudo está na relação entre o poder e os agentes políticos. O poder, pode ser conceituado como (WEBER, 1992) define: “A chance que um homem ou um grupo de homens tem para realizar a sua vontade mesmo com a resistência de outros que estão participando da ação”. Assim, ligado à sua influência e persuasão.

O sistema federativo brasileiro através da descentralização redefiniu os fins de organização pelos dirigentes, já que é a partir disso que se estabelecer o poder ou influência pelos partidos políticos. Portanto, se desenvolve o sistema partidário.

Os partidos políticos surgem através da identidade das instituições políticas que integram a sociedade garantindo os aspectos de representatividade da democracia fazendo com que várias classes sejam representadas onde a coletividade acabaria se entregando a uma oligarquia, com o objetivo de manter as instituições políticas funcionando.

O poder neste sistema segundo (BRAGA,2012) é monopolizado por um pequeno grupo coeso de dirigentes que impõe a sua vontade sobre a coletividade, mas a ação partidária se desenvolve através:

- a) Cooperação entre os seus membros, tanto para eleger um programa, onde vai se enunciar os princípios norteadores das ações dos seus membros e seguidores, quanto para as decisões dentro e fora do partido;

- b) Elementos constitutivos de poder que seria a capacidade de expandir a quantidade de poder em um sistema em oposição ao conceito de soma zero de uma quantidade fixa de poder que é disputada e distribuída em meio a resistência.

O estudo em questão envolve como a sociedade, através de seus comportamentos e seus laços em comunidade na campanha eleitoral e as instituições políticas se desenvolvem.

Já que o sistema partidário nasce, primeiramente, com a união de forças para conquistar o poder de barganha nas monarquias absolutistas na Europa, porém a eleição dos líderes destas facções impôs a primeira forma de controle de tal desenho. Em conjunto nasce as formas de controle externo através dos movimentos camponeses, os sindicatos dos trabalhadores na Revolução Industrial, os jornais e intelectuais, as igrejas e as indústrias também moldam a forma de construção dos partidos políticos.

Para (DUVERGER, 1967), o resultado destas formas de controle se orienta de duas formas:

Fator Mecânico: A força do partido determina sua elegibilidade. No qual os partidos mais fortes possuem mais votação. Porém no caso do sistema proporcional tendo em vista que o seu objetivo é proporcionar efetiva participação de grupos minoritários não há dificuldades.

Fator Psicológico: É a força de influência efetiva do partido aos indivíduos. Gerando no eleitor condicionar o seu comportamento as chances reais do fator mecânico, ou seja, para que seu voto seja “reconhecido” como vencedor na disputa.

Estes fatores são de grande avaliação no sistema de controle externo, já que o movimento da sociedade influencia o comportamento dos partidos e como eles vão se estruturar: na escolha de candidatos, na campanha, nos slogans e discursos.

A raiz do trabalho está na relação da ascensão dos evangélicos através da teologia da prosperidade pregando o luxo e a riqueza a seus membros nas igrejas afetam o sistema Político, com isso, percebe a construção de um voto por identidade e percebe o crescimento e o poder de influência da igreja nas eleições brasileiras onde semelhante vota a um seu para garantir que suas ideologias sejam respeitadas.

Mesmo sendo de reflexo direto no Estado laico e o impacto com os direitos fundamentais nos discursos dos atores políticos evangélicos, não será o traço principal do trabalho, estes serão consequências que serão apresentadas.

É de grande importância, primeiramente, o reflexo direto da discussão é a construção na Carta Política da nova ordem social que é o Estado Laico, este que se apresenta como neutro, ou seja, respeita e não adota para si uma religião oficial, consolidando o princípio e direito fundamental da liberdade de crença.

Através desta liberdade se evidencia, assim em decorrência na Idade Média que surgiram os grupos evangélicos cristãos no século 16 com a Reforma Protestante ocasionada com as 95 teses do Monge Martinho Lutero (1483-1546), se demonstrou que a religião não é uma obrigação e sim um local para a busca por uma palavra de conforto, pelo crescimento pessoal, ou seja, a religião sem a criação de classes e a aproximação, afeiçoamento e compreensão do povo.

Uma limitação de início a ser mencionada é que as pesquisas oficiais por um órgão (IBGE) de expansão dos evangélicos se deu apenas após a CF/88, mas a história dos evangélicos, independentemente de denominações, ocorre muito antes.

A expansão dos evangélicos no Brasil, muitas vezes é associada a IURD (Igreja Universal do Reino de Deus), com a figura do bispo Edir Macedo e sua história. Mas, o que ocasionou a pesquisa foi o episódio do Deputado Federal Pastor Eurico (PSP-PE) na CCJ e Xuxa na votação da Lei 13.010/14 – conhecida como a “lei da palmada” e depois de verificar que os primeiros colocados na votação para o cargo de Deputado Estadual em Pernambuco eram evangélicos.

Assim, o estudo então figura na compreensão de como é traçado a visão política dos evangélicos, sendo analisado o último pleito eleitoral de 2014 para o cargo de deputado estadual em Pernambuco, escolha realizada pela proximidade e conhecimento da realidade da região. A lista será de deputados eleitos evangélicos e como seus projetos de leis, comportamentos e vida parlamentar se desenvolvem para a sua elegibilidade, onde estes dados serão apresentados em mapas e tabelas sobre cada candidato.

A análise foi recaída entre três deputados estaduais da bancada evangélica na ALEPE (Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco): Pastor Cleiton Collins (PP-PE), Presbítero Adalto Santos (PSB-PE) e Bispo Ossésio Silva (PRB-PE), a escolha ocorre pela composição de 7 (sete) deputados, porém, os 3 (três) em

questão são membros atuantes de suas igrejas (pastores, presbíteros ou bispo, efetivamente).

E, além do mais para apresentar também três denominações evangélicas diferentes com ênfase na Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus, que são de grande força e atuantes em todos os meios, sejam as mídias sociais, seja em seus templos.

Ao se relatar sobre o Estado democrático de Direito no Brasil e a expressão da fé nas instituições políticas é importante destacar, desde logo que o Estado Laico, nada mais é, em linhas gerais, um princípio político de origem na revolução francesa buscando rejeitar a influência da Igreja na esfera pública do Estado.

O grande contrassenso é a liberdade política e o Estado laico, porém a esfera em questão é dotada de proporcionalidade e razoabilidade, e não será objeto de análise do trabalho, porém é importante destacar a discussão para poder possibilitar a justiça moral ou ética cristã dentro do poder público, aqui, no legislativo estadual.

3. SISTEMA POLÍTICO, ELEITORAL E PARTIDÁRIO

O sistema político se refere a qualquer conjunto de instituições, grupos ou processos políticos caracterizados por um certo grau de interdependência recíproca. Para (BOBBIO, 2010): “O homem como um animal social, está sempre envolvido numa multiplicidade de relações, em virtude das quais ele condiciona os seus próprios semelhantes e é condicionado”.

Este conjunto que representa o sistema político decorre de uma democracia representativa ao demonstrar a generalidade de relações existentes na sociedade a partir dos líderes políticos. O sistema político se apresenta como a generalidade na qual são espécies o sistema partidário e eleitoral.

O sistema partidário é oferecido pelos modelos de interação entre organizações eleitorais significativas e genuínas, próprias dos governos representativos.

Governos nos quais tais sistemas cumprem predominantemente (bem ou mal) a função de fornecer as bases de uma autoridade eficaz e de definir as escolhas que podem ser decididas pelos procedimentos eleitorais. nasce através da reunião de interesses e afeições para a almejar o poder nas eleições e reeleições do processo eleitoral. (ECKESTEIN, 1968)

As relações entre as instituições sociais e políticas é entrelaçada pelo que (BOBBIO,2010) define como o poder político que é apresentado pela capacidade de influência voluntária de um indivíduo ou de um grupo sobre o comportamento de outro indivíduo ou grupos.

Assim (WEBER,1992) afirma que:

As relações de mando e de obediência, mais ou menos confirmadas no tempo, e que se encontram tipicamente na política, tendem a se basear não só em fundamentos materiais ou no mero hábito de obediência dos súditos, mas também e principalmente num específico fundamento da legitimidade. Desta legitimidade é que surge a palavra autoridade.

Também se extrai neste contexto as três formas de poder:

- I. Poder Legal: Que se funda na crença da legitimidade de ordenamentos jurídicos que definem expressamente a função do detentor do poder;
- II. Poder Tradicional: Se funde na crença do caráter sacro do poder;
- III. Poder Carismático: Fundado na dedicação afetiva à pessoa ou chefe sacro que o distinguem dos demais na sociedade.

E, por fim, o sistema eleitoral está preocupado com a representação. Onde o poder tem grande influência na corrida ao processo eleitoral. O poder aqui, designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Logo, o sistema eleitoral apresenta o caminho a ser traçado pelo ator político demonstrando os resultados a sua capacidade de produzir efeitos através do voto. São as regras do jogo que serão discutidas posteriormente.

O sistema eleitoral é o conjunto de regras que define como uma determinada eleição funciona. E, como a proposta é analisar o caminho, existem diversas formas de classificar o sistema eleitoral, são elas:

- I. Majoritário
- II. Proporcional: O TSE determina que O sistema proporcional, de acordo com Cerqueira (2011), é aquele em que a representação se dá na mesma proporção da preferência do eleitorado pelos partidos políticos. Tal espécie é capaz de refletir os diversos pensamentos e tendências existentes no meio social, já que possibilita a eleição de quase, se não todos, os partidos políticos, observadas as suas representatividades.

III. Misto: Se utiliza dos dois outros sistemas em si.

Segundo (GOMES, 2011):

O sistema majoritário é aquele em que vence a eleição o candidato que obtiver a maioria dos votos. Considera-se, nesse caso, maioria, tanto a absoluta, que compreende a metade dos votos dos integrantes do corpo eleitoral mais um voto, quanto a relativa (também chamada de simples), que considera eleito o candidato que alcançar o maior número de votos em relação aos seus concorrentes.

Estas formas de poder se apresentam como o controle interno ligado ao sistema partidário. Assim, o próprio partido controla as suas atividades e escolha de representantes a depender da forma de sistema eleitoral adotada.

Os atores políticos evangélicos atraem os partidos políticos, quando se trata de eleições na forma proporcional. A Fórmula proporcional tem duas preocupações fundamentais: Assegurar que a diversidade de opiniões de uma sociedade esteja refletida no legislativo e garantir uma correspondência entre os votos recebidos pelos partidos e sua representação.

Pois, pelo controle externo e a força que as instituições políticas evangélicas desempenham fazem, já que a igreja possui vários templos servindo de fonte de votos.

O sistema proporcional se encontra estabelecido no artigo 45 da Constituição Federal: “A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.”

E, também apresentado pela Constituição Estadual de Pernambuco no seu art. 6º: “O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa, constituída de Deputados eleitos e investidos na forma da legislação federal.”

Os líderes dos partidos correm para poder ganhar o registro em seu partido pela forma das igrejas evangélicas. A força de seus votos elege outros atores políticos que façam parte de sua coligação, porém segundo a Reforma Eleitoral de 2017 estão extintas as coligações proporcionais, a partir de 2020. já que como processo de governamental o procedimento escolhido para o legislativo é o voto proporcional.

O voto proporcional se baseia no total de votos que cada partido obteve nas eleições. Segundo (NICOLAU, 2015, pg.04):

Segundo a representação proporcional, cada partido (alguns países permitem que os partidos concorram coligados) apresenta uma lista de candidatos aos eleitores. Para eleger um representante é necessário que o partido ultrapasse

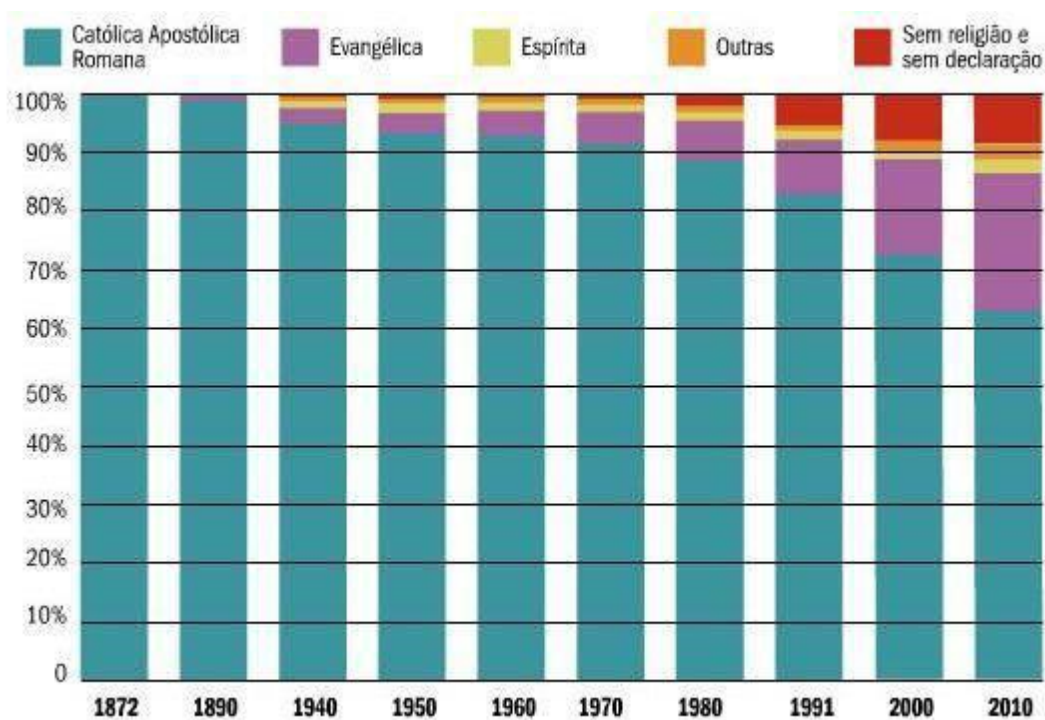
uma quota de votos. O sistema procura garantir que a proporção de cadeiras de um partido seja próxima à proporção de votos que este obteve nas urnas.

O que contribui para a democracia já que deu espaço a vários posicionamentos e ideias no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores. Segundo (NICOLAU, 2015, pg.05):

O sistema representativo brasileiro tem sido marcado por duas características negativas, que se aprofundaram nos últimos anos: a hiperfragmentação partidária e a campanhas centradas em candidatos, com reduzida importância dos partidos nas disputas para o legislativo.

Ao ver estes grandes anseios aumentando nos discursos da população, os atores e partidos políticos se apresentam como defensores destes pensamentos seja por escolha de vida, convicção religiosa, aumento de votos e mais distribuições de cadeiras no poder legislativo.

Assim, as bancadas tem crescido em grande proporção ao defender posicionamentos onde se fariam como uma organização, se conceituando para (MICHELS, 1949): “um grupo de atividades humanas ordenadas por um sistema de funções especializadas; um subgrupo dessas atividades tem como objetivo a manutenção dessa ordem ou de uma ordem muito semelhante a essa”, com o exemplo da evangélica que seus direcionamentos são eivados de moralidade e crenças religiosas ao seus discursos.



Fonte: Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil 1872/1890 e IBGE, Censo Demográfico 1940/1991

Segundo (AZEVEDO,2012):

“Se em 1970 havia 91,8% de brasileiros católicos, em 2010 essa fatia passou para 64,6%. Quem mais cresce são os evangélicos, que, nesses quarenta anos saltaram de 5,2% da população para 22,2%. O aumento desse segmento foi puxado pelos pentecostais, que se disseminaram pelo país na esteira das migrações internas. A população que se deslocou era, sobretudo, de pobres que se instalaram nas periferias das regiões metropolitanas. Nesses locais, os evangélicos construíram igrejas no vácuo da estrutura católica.”

Mesmo no Brasil não sendo tão forte a presença de espectros políticos fortes, onde esta ideologia é que convém os votos e sua associação a direita ou esquerda, é importante verificar tal fato, pois estas lideranças em Pernambuco vêm angariando quantidades de votos expressivos, portanto, a corrida pela filiação em seus partidos desses atores é grande.

Ainda é importante ressaltar que o sistema de escolha pela direita ou centro direita, apesar destes conceitos não serem bem delineados no Brasil, tendo em vista que a figura do ator político é mais presente do que o partido e quanto mais identificação dos eleitores com o ator maior quantidades de votos este irá obter, deste modo, conseguindo mais votos para o partido e suas coligações.

4. A RELIGIÃO COMO INSTITUIÇÃO POLÍTICA

O Estado é a forma no qual a sociedade é controlada e na qual se estabelece as regras e a ordem. Sendo elementos: Território, Povo, Soberania. Para (WEBER,1992): “O Estado é um aparato administrativo e político que detém o monopólio da violência legítima dentro de um determinado território, a partir da crença dos indivíduos em sua legitimidade.”

Para estruturar a sociedade (WEBER, 1992) afirma que surgem as instituições sociais. Mas para isto, a instituição se denomina como agrupamentos que exercem sua capacidade de agir perante a sociedade. Neste controle sobre o indivíduo existem diversas instituições que desempenham este papel sendo alguns deles: A família, o próprio Estado, a propriedade privada e a igreja. Essas instituições possuem caráter normativo.

E ao determinar que existe a coercitividade se pode averiguar as normas de conduta que cada instituição possui. A religião e a Igreja são auto relacionáveis, a

religião se denominando como a união de pessoas que possuem uma crença baseada em fé, já a igreja são as formas que esta fé se apresenta ou é regulada, além do mais, pode significar apenas o local onde ocorre as manifestações de fé.

Ao ventilar sobre o assunto pode relacionar que os meios sociais estão sendo regulados constantemente e a visão política do Brasil se configura com a construção de três visões: a ação das elites políticas e dos dirigentes do Estado, os conjuntos dos atores sociais e, portanto, o modo como as sociedades se formam e evoluem-se as normas institucionais.

Já que vários aspectos do sistema político prejudicaram o processo de construção de representação: a exclusão das massas populares, um sistema em que as elites de grande influência dominavam a política regional e desfrutavam de ampla autonomia diante dos partidos nacionais.

Com estes problemas o movimento social se amolda ao pensamento da identificação. Ou seja, um semelhante representa um semelhante. Esse pensamento desenvolve a construção de bancadas (defesa de interesses específicos nos poderes do Estado) e a força dos líderes que defendem os antigos costumes e a moral que não se apresenta mais na sociedade.

Atualmente, se apresenta de forma diferente apresentando o que se chama de diversidade cultural, porém os costumes continuaram atrelados em grande parte da sociedade e, hoje se percebe a defesa por uma justiça punitiva, líderes evangélicos aumentando pela defesa que o passado se apresentava mais “controlado” que atualmente.

Assim, as instituições políticas se apoiam com a premissa de defender a restauração do controle social massivo para poder garantir mais votos pela representação. E os líderes evangélicos ganham espaço por trazer esta franqueza e verdade da bíblia das instituições sociais para as políticas.

O sistema eleitoral brasileiro tem força os líderes e não mais os partidos políticos. Deixando-se de lado as duas características principais: a de representação de um povo e a garantia da governabilidade, este último, significa a forma do poder executivo ajustar a sua forma de governar elegendo prioridades para sua pauta.

O poder que as igrejas desenvolvem dá-se pela defesa da moral e bons costumes da família considerada “tradicional”. Modelo este pregado na maioria das cidades brasileiras que no federalismo brasileiro desempenha o papel de ente federativo.

Como formação de uma nova estrutura emerge a Política de renovação das bancadas evangélicas para “restaurar” os pensamentos vinculados à estrutura religiosa, já que, quem é religioso é uma pessoa de confiança.

Pelo crescimento dos atores evangélicos na política e nos pleitos em Pernambuco o estudo irá trazer esta influência da instituição política e social na bancada evangélica parlamentar. A política se apresenta como o conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados. Assim, irá se discutir adiante.

5. ATORES POLÍTICOS E ANÁLISE DO VOTO DA BANCADA EVANGÉLICA

A bancada evangélica na ALEPE, são 7 (sete) os participantes da bancada evangélica, porém as escolhas do trabalho delimitando a 3 (três), pois estes foram candidatos oficiais da igreja e desempenham cargos dentro das igrejas o qual os apoiaram. Sendo eles: Cleiton Collins (PP) da Assembleia de Deus, Ossésio Silva (PRB) da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e Adalto Santos (PSB) da Presbiteriana do Brasil, porém ele conta com uma relação com as outras duas igrejas, principalmente, a Assembleia de Deus.

Os atores políticos analisados possuem proposições voltadas a relação entre igreja e suas participações dentro da casa legislativa.

A eleição a ser analisada é de 2014, pelo crescimento dos votos conquistados pelos atores políticos evangélicos e estes serem eleitos em conjunto, e além do mais, existir a figura dos sete membros da bancada evangélica na ALEPE.

Analisar-se-á o voto destes agentes políticos e a força de suas igrejas, não se discutindo, portanto, seu discurso ou a construção dos partidos, já que, com o voto teremos a abrangência de suas influências eleitorais e o seu discurso apenas se revela como característica na construção do diálogo de parceria construído pelas igrejas na corrida eleitoral.

	Pastor Cleiton Collins (PP-PE)	Adalto Santos (PSB-PE)	Bispo Ossésio Silva (PRB-PE)
Quantidade de Mandatos	4 mandatos consecutivos (2002-2018)	2 mandatos Consecutivos (2010-2018)	2 mandatos consecutivos 1- Suplente em 2011 2- Eleito em 2014
Participação	Integra a Mesa diretora	Nenhuma mesa	Nenhuma mesa

em Mesas	como 1º vice- presidente da Casa;		
----------	-----------------------------------	--	--

Fonte: ALEPE, 2018

Em relação aos mandatos se observa que o Pastor Cleiton Collins (PP-PE) é que possui maior número de mandatos e maior poder de barganha por participar da mesa diretora. Vale mencionar que a escolha do novo Presidente da mesa diretora da ALEPE com a morte de Guilherme Uchoa (PSC) em 3 de julho de 2018, já se notícia que após uma reunião entre o Partido Progressista (PP) e o Partido da República (PRB), ficou decidido as duas legendas terão uma candidatura única para a presidência da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

A reunião contou com a presença de Cleiton Collins e Eriberto Medeiros, os dois que estão na disputa pelo cargo na presidência apresentam uma trajetória e perfil parecidos, porém enquanto Cleiton Collins é o 1º vice presidente da Casa, Eriberto foi eleito por três vezes quarto-secretário da Mesa Diretora, mas Eriberto possui uma maior articulação com os outros partidos da Casa.

O Adalto Santos (PSB-PE) trilha a jornada de mandatos consecutivos junto a Ossésio Silva (PRB-PE), porém, esse último, foi suplente e depois eleito em 2014, mostrando a construção da IURD no cenário político em Pernambuco mais recentemente.

É importante destacar que os três atores desempenham suas funções em partes diferentes de Pernambuco. Cleiton Collins na região metropolitana do Recife, Adalto no agreste e da região metropolitana e Ossésio no sertão pernambucano.

Deputado Estadual	Pastor Cleiton Collins (PP-PE)	Adalto Santos (PSB-PE)	Bispo Ossésio Silva (PRB-PE)
Participação em Mesas	Participa da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular; Coordenador Geral da Frente Parlamentar em Defesa da Família e da Vida.	Participa da Comissão de Constituição e Justiça; Finanças, orçamento e tributação; Cidadania Direitos Humanos e	Participa das comissões: Administração Pública; Educação e Cultura, Esporte e Lazer; Saúde e Assistência social; Cidadania e Direitos Humanos;

		Participação Popular;	Assuntos Internacionais; Defesa dos Direitos das Mulheres
Quantidade de Proposições e interesses	<p>34 Proposições, dentre elas:</p> <p>Dispõe sobre a regulamentação das entidades caracterizadas como comunidades terapêuticas, que realizam o acolhimento de pessoas, de forma voluntária, com problemas relacionados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa.</p> <p>Obriga os aeroportos do Estado de Pernambuco a fixarem placas contendo informações sobre os direitos do usuário em caso de atrasos e cancelamentos de voos.</p> <p>Dispõe sobre a implantação de um Serviço de Referência de Doenças Raras no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.</p>	<p>9 Proposições, dentre elas:</p> <p>Informações sobre o Cartão de crédito; como ocorre os serviços de telefonia; campanha sobre o assédio sexual, boa qualidade do ar em estacionamentos localizados em ambientes fechado;</p> <p>Concede prioridade aos portadores de doenças crônicas, que ocasionem limitações ou dificuldades de locomoção, em serviços públicos, privados e de utilidade pública, são alguns exemplos.</p>	<p>52 Proposições, dentre elas:</p> <p>Confere ao Município de Abreu e Lima o Título Honorífico de Capital dos Evangélicos de Pernambuco.</p> <p>Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de psicólogo escolar nas redes públicas de ensino fundamental e médio, e dá outras providências.</p> <p>Dispõe sobre a inserção de informações sobre os malefícios da automedicação no verso dos receituários médicos utilizados pela Rede Pública de Saúde do Estado de Pernambuco.</p> <p>Institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, o Dia Estadual da Mulher Evidência e dá outras providências.</p>

Percebe-se que as proposições e a participação em comissão têm intrínseca relação para os atores onde a sua proposições e interesses estão correlacionados. Outro fator importante para se destacar é que mesmo Cleiton possuindo mais mandatos, a maior quantidade de proposições é de Ossésio com maior participação nas mesas.

Profissão	Pastor da Assembleia de Deus, Radialista e Apresentador de televisão.	Comerciante e Pastor	Radialista e Bispo da IURD
-----------	---	----------------------	----------------------------

Fonte: ALEPE-2018

Aqui merece destaque que os atores políticos fazem proposições de leis, também em relação com suas profissões relacionando seus interesses as proposituras. Em relação a profissão Cleiton Collins na página da ALEPE apresenta várias profissões, mas a primeira é pastor, e, em contrassenso Adalto Santos menciona Pastor em segundo plano. Já Ossésio apenas se denomina radialista, porém em outros sites se apresenta como Bispo da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus).

5.1.1 CLEITON COLLINS (PP-PE)

O primeiro a ser apresentado é Cleiton Collins do PP-PE, esse líder religioso é o mais atuante que os demais, além de pastor da mais influente igreja evangélica apresentada que é a Assembleia de Deus.

O deputado estadual é pastor de uma das congregações no Recife, Radialista e apresenta um programa na TV. E, além disso, desenvolve programas sociais para a recuperação de dependentes químicos. Não é à toa que foi o 1º eleito a deputado estadual em Pernambuco no pleito de 2014.

Quanto a Igreja, a Igreja da Assembleia de Deus é uma igreja de forte influência. Tanto em relação a suas regras, quanto a suas decisões políticas: escolha de líderes, direcionamento de votos. É inegável a nítida identificação de seus membros na sociedade. Já nas decisões políticas seu poder descentralizado é de grande importância para as eleições de grande porte, pois com cada congregação pode deter de vários votos espalhados pelo Estado.

Cidade	Quantidades de Votos	Votos Válidos	Quantidades de Eleitores	Região
--------	----------------------	---------------	--------------------------	--------

ABREU E LIMA	8963	47.522	81.210	Região Metropolitana do Recife
CABO DE SANTO AGOSTINHO	13.504	100.933	146.324	Região Metropolitana do Recife
CAMARAGIBE	8098	76.235	108.998	Região Metropolitana do Recife
IGARASSU	7265	50.044	78.964	Região Metropolitana do Recife
IPOJUCA	6388	42.435	71.570	Região Metropolitana do Recife
JABOATÃO DOS GUARARAPES	41.287	258.616	452.277	Região Metropolitana do Recife
OLINDA	14.520	204.720	276.081	Região Metropolitana do Recife
PAULISTA	14.812	136.435	208.363	Região Metropolitana do Recife
RECIFE	61.125	777.514	1.155.816	Região Metropolitana do Recife
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	3409	66.038	92.760	Zona da Mata
TOTAL DE VOTOS NESTAS CIDADES	200.967			ELEITO COM 216.874

Fonte: TRE-PE- 2014

OBS.: Votos foram retiradas de cidades com votação igual ou próxima a 1000 votos.

Aqui, se verifica a concentração de votos na região metropolitana e zona da mata, porém aqui, vale destacar que ele é candidato oficial da Igreja Assembleia de Deus e que a quantidade de templos espalhada por todo o estado é muito grande, principalmente nas zonas rurais de cada cidade.

Seus votos são dispersos, mas possui forte concentração graças a igreja.

5.1.2 ADALTO SANTOS (PSB-PE)

O segundo ator político é Adalto Santos que é comerciante e pastor da presbiteriana. Diferentemente da Assembleia, a Presbiteriana do Brasil desenvolve um papel menos forte, pois apresenta menos congregações e suas regras de direcionamento não são perceptíveis. É interessante falar que em suas decisões e proposições Adalto sempre enaltece a Assembleia de Deus e divide votos com Cleiton Collins. Não é à toa que é o segundo mais votado em 2014.

Os votos por Pernambuco:

Cidade	Quantidades de Votos	Votos Válidos	Quantidades de Eleitores	Região
CABO DE SANTO AGOSTINHO	5910	100.933	146.324	Região Metropolitana do Recife
CAMARAGIBE	5872	76.235	108.998	Região Metropolitana do Recife
CARUARU	3624	134.002	216.900	Agreste
ESCADA	3146	31.342	45.315	Zona da Mata
GOIANA	2537	38.982	57.663	Região Metropolitana do Recife
IPOJUCA	2451	42.435	71.570	Região Metropolitana do Recife
JABOATÃO DOS GUARARAPES	18.030	258.616	452.277	Região Metropolitana do

				Recife
OLINDA	9923	204.720	276.081	Região Metropolitana do Recife
PALMARES	2162	22.648	39.703	Zona da Mata
PETROLINA	5406	128.377	198.599	Mesorregião de São Francisco
RECIFE	32553	777.514	1.155.816	Região Metropolitana do Recife
RIBEIRÃO	2625	18.676	26.346	Zona da Mata
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	3050	66.038	92.760	Zona da Mata
TOTAL DE VOTOS NESTAS CIDADES	125.652			ELEITO COM 158.874

Fonte: TRE-PE-2014

Aqui, a disputa pelos votos ocorre em praticamente nas mesmas cidades de Cleiton Collins, porém ele é mais disperso, apresentando-se em mais cidades da mata sul pernambucana. Ele é da presbiteriana, mas sempre é muito presente nas ações desenvolvidas pela Igreja Assembleia de Deus.

Aqui, é importante frisar que existem várias denominações de assembleias de Deus, ou seja, vários segmentos, porém a qual os candidatos tem os votos determinantes é o Ministério Belém. Porém, existe outro chamado o Madureira.

Seus votos são dispersos- compartilhados.

5.1.3 OSSÉSIO SILVA (PRB-PE)

Ossésio Silva, apresenta uma votação em construção, mas foi candidato oficial da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) e sua área de atuação é no sertão pernambucano enquanto os outros dois são da região metropolitana do Recife e agreste, respectivamente na ordem apresentada acima. A IURD está alcançando proporções maiores por pregar a teologia da prosperidade.

A teologia prega o crescimento econômico dos seus membros deve ser alcançada no momento que você entrega nas mãos de Deus a sua vida. Assim, a IURD é centralizada, mesmo tendo várias congregações seu poder central é mais forte.

Em relação a quantidade de votos por regiões em Pernambuco, aqui serão as regiões divididas em grandes grupos: (Região Metropolitana do Recife, Agreste, Zona da Mata e Sertão), nas Eleições em 2014:

Cidade	Quantidades de Votos	Votos Válidos	Quantidade de Eleitores	Região
JABOATÃO DOS GUARARAPES	4354	258.616	452.277	Região Metropolitana do Recife
OLINDA	3596	204.720	276.081	Região Metropolitana do Recife
PAULISTA	2652	136.435	208.363	Região Metropolitana do Recife
PETROLINA	2513	128.377	198.599	Mesorregião de São Francisco
RECIFE	13186	777.514	1.155.816	Região Metropolitana do Recife
TOTAL DE VOTOS NESTAS CIDADES	36.792			ELEITO COM 49.993

Fonte: TRE-PE-2014

Nesta análise se verifica as regiões onde o ator desempenha papel mais relevante, no caso Região metropolitana do Recife, Agreste e Zona da Mata, mesmo sendo do sertão apenas uma cidade apresenta votação superior a 500, onde a igreja evangélica que congrega situa, sua votação segue o caráter da identidade, onde o evangélico vota em evangélico, ou seja, sua votação se dá por este aspecto, fora que a IURD, não tem grande força em Pernambuco.

Seus votos são dispersos e com alta concentração em algumas regiões. Também apresentando voto: Disperso- Compartilhado

Se percebe, portanto, que as cidades dos candidatos são bem próximas, onde a disputa é pelo eleitorado e não pelas igrejas que eles desempenham o seu papel fora da política.

Apresenta-se então a classificação dos candidatos:

Eleições em 2014	Quantidades de Votos	Disposição
Cleiton Collins (PP-PE)	216.874	1º
Adalto Santos (PSB-PE)	158.874	2º
Osséssio Silva (PRB-PE)	49.993	21º

Fonte: TRE-PE-2014

Em relação ao voto da bancada será analisado a emenda ao Plano Estadual de Educação (PEE), votado em 2015, proposta pelo Deputado Estadual Cleiton Collins (PP-PE). Na qual a lei falaria sobre a retirada de todo o texto dos termos: “gênero”, “orientação sexual” dos aspectos gerais da educação no Estado de Pernambuco. A emenda, assinada pelo pastor Cleiton Collins, tinha sido rejeitada na Comissão de Constituição e Justiça da Casa. Ao apresentar um texto mais ameno, foi aprovada pela mesma comissão minutos antes da votação.

Afirma o autor, em declaração aberta para o (Diário de Pernambuco, 2015):

Afirmou que o Brasil não está preparado para discutir o tema orientação sexual e evitou comentar a vitória da bancada evangélica. Já deputados contrários criticaram duramente a decisão. Trataram a coisa com desonestidade intelectual, com argumentos mentirosos. Afirmaram, por exemplo, que a CNBB tinha uma posição fixa e contrária sobre o tema, quando apenas uma regional se mostrou dessa maneira.

Nessas entrelinhas é importante destacar que esta proposta visa atender aos anseios dos eleitores e da própria igreja. Já que as eleições ocorreram anteriormente, elegendo os 2 (dois) primeiros deputados, como oficiais de suas igrejas.

Além disso, demonstra o conservadorismo que a bancada possui que ao mesmo tempo sendo membros de mesas sobre direitos humanos e o seu próprio cargo. Já que o deputado estadual representa toda a população pernambucana e não apenas o universo das pessoas que o elegeram.

Outro fator interessante é a força demonstrada da bancada, já que são 8 (oito) participantes e a Assembleia Legislativa possui 49 (quarenta e nove)

deputados estaduais. Ressalta, assim, que as características conservadoras, prezando a moral e os bons costumes se unem aos demais componentes da ALEPE.

Quanto a quantidade de partidos é notória saber, desde logo, que os agentes políticos analisados são de 3 (três) partidos diferentes e localizados em espectros políticos diferentes, são eles: Cleiton Collins (PP) que é analisado como de direita, Ossésio Silva (PRB) sendo de centro-direita e Adalto Santos (PSB) de esquerda.

Sem padrões sobre o aspecto político apenas reafirma o que o voto proporcional apresenta onde os partidos políticos se orientam para os atores políticos que apresentam votação maior para obter maior número de cadeiras nas casas legislativas.

Algumas regiões são explicadas pelas sedes principais da Igreja, como a cidade de Abreu e Lima, além do mais, outras como São Lourenço da Mata é conhecida agora por reunir os fiéis para a comemoração de 100 anos da Assembleia de Deus no Brasil.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os atores evangélicos se utilizam das instituições sociais para garantir a corrida eleitoral, porém a outro aspecto utilizado que é a força das igrejas a qual participam.

Infelizmente não há dados sobre a quantidade de membros de cada igreja evangélica avaliada através dos atores, porém em contrapartida é visível que a Assembleia de deus detém um maior número tanto de membros quanto de igrejas espalhadas por todo o estado.

A quantidade de Igrejas Evangélicas evidencia a força no processo eleitoral sendo a primeira elegendo 2 (dois) primeiros candidatos. O primeiro candidato oficial, Cleiton Collins. E o segundo indireto, Adalto Santos que defende os ideais da Assembleia, porém é candidato oficial da Presbiteriana.

A força das instituições, a quantidade de pernambucanos evangélicos e a ascensão dos atores políticos evangélicos nas disputas eleitorais revelam que os eleitores estão preocupados para levar a política a força, a moral e o pulso firme para combater a corrupção que assola o poder legislativo. Assim, os líderes se utilizam do prenome: Pastor, presbítero, bispo gera a identificação com as instituições e com as pessoas.

Ainda é interessante ressaltar que ainda existem aqueles que são evangélicos e não votam nos candidatos ou votam no candidato da outra igreja. E que há em Pernambuco uma concentração de votos dos atores políticos evangélicos na região metropolitana de Recife e Zona da Mata (Mata Norte e Sul). Conforme explicado na tabela acima.

É interessante ressaltar que a Assembleia de Deus ministério Belém é a que elege com grande maioria. Beneficiando assim, outros candidatos que são membros de outras igrejas.

Outro importante fator na corrida eleitoral são os meios de comunicações que se tornaram evidente, porém ainda possui maior força a Assembleia de Deus com comunicações na rádio, TV e internet. Entretanto, as outras também possuem, mas em menor número.

Em relação ao voto de bancada, eles são marcados com a congruência baseada nos seguintes pontos:

A priori, nos projetos de leis e suas propostas é marcante a defesa de interesses em defender os aspectos característicos das bancadas, o seu conservadorismo e os dogmas da igreja trazendo em seus discursos: a defesa da família, dos bons costumes, ou seja, traçando o caráter disciplinar das igrejas para defender seus interesses na política;

O contexto desta bancada é, trazer a nova política com base na moral e os bons costumes, a ética cristã para evangelizar na política, corroborando, em certos posicionamentos, o esquecimento a dignidade da pessoa humana.

A força dos atores é marcada com o desfecho na votação e influência da bancada com o Plano Estadual de Educação, em que o autor é Cleiton Collins que faz parte da bancada e da mesa diretora da Assembleia. A bancada composta por 8 deputados estaduais que conseguem atender a seus anseios no universo de 49 deputados estaduais na Assembleia Legislativa.

Estas associações se demonstram no discurso de Anderson Ferreira, Prefeito de Jaboatão dos Guararapes, que vem de uma linhagem evangélica e parlamentar, em entrevista para a (Folha de Pernambuco, 2017): “O grupo que apostar, inclusive numa candidatura evangélica para o Senado, terá sua chapa oxigenada. Agora não pode ser um discurso de 'despachante de igreja'. Tem que conversar com todas as denominações”.

As forças das instituições se tornam evidentes através do comportamento e discursos dos membros destas. No caso, a igreja disciplina a forma de seus líderes e membros através do conservadorismo, da defesa da moral e dos bons costumes em seus discursos, seus votos e seu comportamento.

A preferência por candidatos e não por partidos além de revelar a baixa proporção por preferência partidária é um dos reflexos da grande corrupção que existem no país.

Ao analisar essa questão, afirmam que, se por um lado, os partidos são tão importantes na arena legislativa brasileira, os parlamentares também se defrontam com um conjunto de incentivos institucionais para um comportamento individual e descentralizado, proporcionado pelas regras eleitorais e pela fragmentação do sistema partidário. Diante desse quadro, os autores acabam por concluir que se os partidos brasileiros são fortes na arena legislativa o mesmo não se pode afirmar em relação à arena eleitoral.

Desse modo, temos duas forças distintas que contribuem para debilidade dos partidos na arena eleitoral: a primeira delas é o comportamento pessoal dos parlamentares na arena eleitoral. A segunda força é a baixa capacidade dos partidos em criar laços com o eleitorado.

Além destes aspectos, a homogeneidade de pensamento que a camada evangélica apresenta na corrida eleitoral ganha destaque cada vez mais, pois, os escândalos na corrupção geram a falta de apoio e descrédito nos partidos políticos.

Se percebe, neste estudo, que a igreja como instituição social abriga diretrizes utilizadas pelos atores evangélicos através de alianças. Sobre a geografia política direcionada pela quantidade de igrejas.

REFERÊNCIAS

AMES. Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Barry Ames- Tradução de Vera Pereira.- Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003.

ALEPE. **Proposições**. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/>. Acesso em 16 de junho de 2018.

AZEVEDO. Reinaldo. **O IBGE e a religião — Cristãos são 86,8% do Brasil; católicos caem para 64,6%; evangélicos já são 22,2%**. São Paulo.Veja.2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2/>>. Acesso em 18/02/2017.

BOBBIO. Norberto. **Dicionário de política I**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1 la ed., 1998.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Bancada evangélica de Pernambuco consegue retirar referências de "gênero" e "orientação sexual" do PEE**. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2015/06/18/interna_politica,581881/bancada-evangelica-de-pernambuco-consegue-retirar-referencias-de-genero-e-orientacao-sexual-do-pee.shtml. Acesso em 05 de novembro de 2015.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967. 6 Ed.

DRUMOND. André. **Revista de Política e Cultura**. Disponível em: <https://revistaescuta.wordpress.com/2016/06/17/escuta-especial-conjuntura-bancada-evangelica-e-democracia-a-formacao-de-um-impasse-historico/>. 2016.

ECKESTEIN. HARRY. **A culturalist Theory of political Chance**. American Political Science Review, Washigton, no.82. 1988, pp.789-804.

FOLHA DE PERNAMBUCO. **A força do voto evangélico**. Disponível em:<<https://folhape.com.br/politica/politica/blog-da-folha/2017/09/02/BLG,4143,7,509,POLITICA,2419-A-FORCA-VOTO-EVANGELICO.aspx>> Acesso em 02 de setembro de 2017.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 7. ed. São Paulo: Atlas Jurídico, 2011, p. 106.

IBGE. **Quantidade de Membros por Igreja.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_denomina%C3%A7%C3%B5es_protestantes_no_Brasil_por_n%C3%BAmero_de_membros.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições.** FGV Editora, 2006.

MICHELS, Robert. Trad. TREVISAN, Hamilton. **Os partidos políticos.** São Paulo: Senzala, 1969.

NICOLAU, Jairo Marconi. **O Sistema Eleitoral Brasileiro: A Questão da Proporcionalidade da Representação Política e seus Determinantes.** In: LIMA 213 JÚNIOR, Olavo Brasil de (ed.). *Sistema Eleitoral Brasileiro: Teoria e Prática.* Rio de Janeiro, IUPERJ/Vértice, 1991.

PAIVA, Denise; TAROUCO, Gabriela da Silva. **Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores.** *Opin. Publica*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 426-451, novembro de 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762011000200006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 04 de agosto de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762011000200006>.

PEREIRA, C. e MUELLER, B. "Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: A conexão eleitoral no Brasil". *Dado*, vol. 46, nº4, p.735-771, 2003.

SARTORI, G. (1982). **Partidos e sistemas partidários.** Tradução de Waltensir Dutra, ed. rev. ampl. Rio de Janeiro/Brasília, Zahar/UnB.

SOUZA, A. R. **O desempenho político-eleitoral dos evangélicos de 1986 a 2008.** *Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH*, v. 1, n. 3, 2009.

SOUZA, Celina. **Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças.** Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2001.

SOUZA, Celina. **Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988.** *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 24, p. 105-122, 2005.

RANGEL, Bruno. **Sistemas eleitorais e partidários: Duverger, Sartori e Nohlen. Ballot.** Rio de Janeiro: UERJ. Volume 2 Número 1 Janeiro/Abril 2016. pp. 136-157. Disponível em: [<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ballot>]

TRE. **Eleições Anteriores 2014.** Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-anteriores/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>. Acesso em 13 de julho de 2018.

WEBER, S. (1992), "On hierarchical spatial competition". *The Review of Economic Studies*, 59: 407-425.